

O lugar de Magalhães: história e cânone no *Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil*

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat¹ (UTP)

Resumo:

Busca-se, aqui, entender o “lugar” ocupado por Gonçalves de Magalhães e seu Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil, publicado em 1836, na revista Nitheroy, em Paris. O Ensaio, considerado um marco de fundação do Romantismo brasileiro, acabou por apontar os rumos da historiografia literária brasileira, traçando uma concepção teleológica e nacionalista da escrita da história, concepção reiterada nas histórias da literatura brasileira do século XX. Daí sua importância para o entendimento da escrita da história no Brasil.

Palavras-chave: historiografia, historiografia literária, Romantismo.

Introdução

Acercar-se do Romantismo apresenta significativos problemas - que decorrem tanto da excessiva produção acerca do tema, quanto das abordagens que sobre ele se realizaram. Apontada como a tendência que melhor expressaria a autonomia cultural brasileira e, conseqüentemente, política (da então nação recém emancipada), a expressão literária passou a se confundir com a própria história nacional: “(...) o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica (CANDIDO, 2004, p.19). O romantismo passou a supor, portanto, um princípio de identidade, constituindo-se, no caso brasileiro, em algo mais do que uma tendência estetizante. Disto parece decorrer, justamente, a especificidade de um suposto Romantismo à brasileira, ou o caráter específico do romantismo brasileiro, parafraseando Merquior. Daí parece advir, também, os problemas para a sua abordagem. Munidos destas observações breves e pautados pelas questões acima citadas, busca-se, aqui, entender o *lugar* ocupado por Gonçalves de Magalhães e seu *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*, publicado em 1836, na revista Nitheroy, em Paris.

1 Magalhães: um corifeu em torno da história

O “corifeu da escola romântica brasileira”(STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 164), Gonçalves de Magalhães, publicou o seu *bosquejo*¹, apontado, comum e corriqueiramente, como o *programa* inaugural da historiografia literária no Brasil, no primeiro número da *Nitheroy*, *Revista Brasiliense*, editada em Paris, por Dauvin et Fontaine Libraires. O texto havia sido, primeiramente, apresentado, em 1834, no Instituto Histórico francês.(PINASSI, 1998. ; AMORA, 1973. p.85).

A Litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas ideias, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o

1 A expressão Bosquejo – cujo significado atual é esboço, plano geral ou descrição sumária - aparece com recorrência nos títulos da época. Além de Magalhães, Garrett, publicou em 1826 em seu Parnaso Lusitano, o “Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa”; José Inácio de Abreu e Lima, em 1835, o Bosquejo Histórico, político e literário do Brasil e, em 1841, Joaquim Norberto de Sousa Silva, editou “Bosquejo da História da Poesia Brasileira. Modulações Poéticas”. A expressão aparecia já em 1712 no Vocabulário de Raphael Bluteau significando “o primeiro debuxo , que o pintor vai fazendo com o lápis”, ou ainda, como dizia o autor, “Bosquejo, no sentido moral. Retrato, Pintura, Imagem.” Se “a poesia é como a pintura”, de acordo com a formulação clássica, conforme falaremos a seguir, parece que à época, a *história seria como a pintura*.

despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia (MAGALHÃES, 1836. p.132).

A literatura é o reflexo do desenvolvimento de um povo. Assim, caracterizando a literatura, podemos dizer, Magalhães inicia o seu texto. A partir disto aponta-lhe funções:

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superficie da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Litteratura só escapa aos rigores do tempo, para annunciar ás gerações futuras qual fôra o caracter do povo, do qual é ella o único representante na posteridade; sua vóz como um echo immortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, de baivo (sic) de tal constellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço; vos porêem si pretendeis tambem conhecel-o, consultai me, por que eu sou o espirito desse povo, e uma sombra viva do que elle foi.

Eis a literatura: “espírito” do povo, incólume à ação do tempo, torna-se o próprio registro das coisas idas, “sombra viva” do próprio vivido.

Contudo, ainda que cada povo tenha sua literatura – assim como homem tem seu caráter e cada árvore o seu fruto – e ainda que esta represente o “reflexo progressivo de sua intelligencia”, cabem algumas ressalvas quando esta literatura diz respeito a um povo “cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de um outro povo”:

Então semelhante as arvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco fructos de diversas especies, e posto que não degenerem aquelles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quaes os distinguem dos outros fructos da mesma especie. (MAGALHÃES, 1836. p.133)

Conforme percebe, em estudo recente, Ana Beatriz Barel, e com quem concordamos, o texto de Magalhães possui um tom “profundamente oficial e didático no sentido de que o leitor tem a impressão de que seu autor é consciente do papel que terá seu “Ensaio” para as letras brasileiras”(BAREL, 2002. p. 41). Assim, com este “tom”, antes de enveredar para a “história da literatura do Brasil”, o ensaísta parece indicar sua concepção de história, propriamente:

Por uma especie de contagio, uma ideia lavra entre os homens de uma epocha; reune-os todos n'uma mesma crença; seus pensamentos se harmonisam, e para um só fim tendem. Cada época representa então uma ideia, que marcha escoltada d'outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satellites; ella contem, e explica as outras ideias como as primissas no raciocinio contem, e explicam a conclusão. Essa ideia é o espirito, e o pensamento mais intimo de sua epocha, é a razão de todos os factos contemporaneos. (MAGALHÃES, 1836. p.135).

Tributário de um historicismo de conotação romântica – ou de uma concepção romântica de história – que, por exemplo, se expressa, segundo Falcon, na individualização das diferentes épocas (FALCON, 1997. p. 14), Magalhães aponta para o desdobramento desta concepção na sua relação com o estudo da literatura:

A Litteratura abrangendo grande parte de todas as Sciencias, e Artes, e sendo ella só filha, e representante moral da civilização, é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua historia geral, ou particular, e jamais perder-se de vista a ideia predominante do seculo, luminosos guia na indagação, e coordenação dos factos, sem o que a historia é nulla, e sua missão illudida. (MAGALHÃES, 1836. p.135).

A partir deste momento, em consonância com a concepção de história adotada, O Ensaio *fundador* se volta para “questoens” relativas ao estudo da história da Literatura Brasileira, principiando pela busca de uma suposta *origem* desta literatura:

Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, d'hai pedindo conta á historia, e á tradição viva dos homens do como se passaram as cousas, seguindo a marcha do desenvolvimento (sic) intellectual, e pesquisando o espirito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro historico da nossa Litteratura (MAGALHÃES, 1836. p.135).

Eis o empreendimento: remontando ao “estado do Brasil depois de seu descobrimento” – e seguindo a “marcha” da evolução, através da pesquisa do espírito que a preside – mostrar um “verdadeiro quadro histórico da nossa Literattura.” Revela-se aqui uma das componentes comumente apontada, entre outras, como integrante da estética romântica: a aproximação do texto escrito da arte pictórica, através da descrição minuciosa de “cenas”, referindo-se ao texto como um “quadro”.

O objetivo de Magalhães de produzir um verdadeiro “enquadramento” histórico da literatura brasileira, a partir “da marcha do desenvolvimento intelectual” remontando ao “descobrimento”, deixa entrever, também, a recorrência a uma concepção linear de tempo, ou de uma perspectiva histórica (WHITROW, 1993. p. 165), que vinha se consolidando tanto no estudo da história quanto no amadurecimento do romance oitocentista e que, ao associar a idéia de história às noções de evolução, progresso e nação, contribuiu para o estabelecimento de uma história caracterizadamente romântica, voltada, devotadamente, ao Estado-nação. História que projetava um futuro – desejado, da grandeza da Pátria –, justificando-o a partir de uma mecânica entre passado e presente, sugerida pela sucessão dos próprios fatos: “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence.” (MAGALHÃES, 1836. p.137).

Neste sentido, e recorrendo à expressão do próprio Magalhães, pode-se dizer que “o tempo passa a sancionar as verdades”:

a historia e a memoria de recentes factos nos indicam, e o tempo, em sua marcha proseguindo (sic) irá mostrando aos homens qual é o destino, que a providencia tem marcado a este Imperio da America (MAGALHÃES, 1836. p.141).

Ainda em relação à sua concepção de história e de história da literatura, é interessante ver o autor reiterar seu objetivo:

o nosso fim não é traçar a biographia chronologica dos Auctores Brasileiros, mas sim a historia da Litteratura do Brasil, que toda a historia, como todo o drama supõe lugar da scena, actores, paixoens, um facto progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há historia, nem drama.

Assim, o enredo se configura a partir de uma consciência de tempo e de historicidade, implicando a seleção dos elementos sobre os quais a trama, ou o drama, deve *evoluir*. Para Magalhães, o mesmo procedimento que afetava a literatura produzia a história, estabelecendo as condições fundamentais para sua enunciação: “lugar da cena”, “atores”, “paixões”, “um fato progressivo, que se desenvolve, que tem uma causa e finalidade”. Enfim, um movimento portador de ação.

2 Da história ao cânone

Se ao Ensaio foi outorgado o posto de “primeira boa síntese de nossa história literária”(AMORA, 1973 p. 102), parece que tal lugar era ambicionado pelo próprio autor, que tanto reconhecia o caráter de ineditismo de sua tarefa e as dificuldades para sua execução diante das exíguas

fontes, quanto reconhecerá a sua plena realização, mais tarde, em 1865, quando da reedição de seu texto, agora designado como *Discurso*:

trabalho que empreendemos no entusiasmo da juventude com o fim de chamar a atenção da mocidade brasileira para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária, a excitá-la ao mesmo tempo a engrandecê-la e relevá-la com novos escritos originais, que mais exprimissem nossos sentimentos, religião, crenças e costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade. Tivemos a fortuna de ver bem depressa realizar-se a nossa patriótica idéia (...) (MAGALHÃES, 1865. p. 11).

Se as dificuldades para a pesquisa provinham da quase inexistência das fontes a consultar (pois “mesquinhos e exparsos”(sic) eram os documentos), faz-se interessante notar as observações de Magalhães em relação ao material por ele citado. Na ausência de documento *local* (pois, “nenhum nacional, que nós conheçamos, ocupado se tem até hoje com tal objecto”), refere-se o autor aos “estrangeiros”, que “alguma cousa disseram”: Bouterwech (sic), Sismonde de Sismondi (sic) e Ferdinand Diniz (sic)²:

O primeiro apenas conhecia Claudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pautava-se sobre o primeiro; e a menção, que faz de alguns Brasileiros fôra mesmo excluída do plano de sua obra sobre a Litteratura do meio-dia da Europa, si n'ella não entrasse como um apêndice á historia da litteratura Portuguesa. No resumo da historia Litteraria de Portugal, e Brasil, por M. Ferdinand Diniz, posto que separadas estejam ellas, e por ventura mais extenso desenvolvimento esta ultima offereça, com tudo, basta uma vista d'olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dár uma ideia a estrangeiros. Eis tudo o que sobre a Litteratura do Brasil se tem escripto. (MAGALHÃES, 1836. p.136)

Mencionando os chamados estrangeiros, posteriormente designados como os precursores da história literária brasileira (MOREIRA, 1991. p. 24-47) e apontando-lhes as insuficiências, Magalhães tendia a marcar o seu próprio lugar e importância, lançando-se como o *fundador* do discurso acerca da historiografia literária brasileira.

Em relação a Ferdinand Denis, as coisas se complicam ainda mais. Considerado por alguns como o fundador da crítica e da historiografia literárias no Brasil – em detrimento da posição ocupada por Magalhães – Denis publicou seu *Résumé de l'histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* dez anos antes da publicação do *Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil*, sendo que a sua influência – inegável – apenas não se faz maior porque Magalhães parece insistir em não reconhecê-la, identificando-a como um *panorama* “apenas para dar uma idéia a estrangeiros”. Muitas das questões-chave do *Ensaio* já eram antecipadas no *Resumo* como, por exemplo, o tratamento da literatura brasileira independente da literatura portuguesa (CÉSAR, 1978. p. XXXII-XXXIII).

Detectando o “fato verdadeiramente notável” da influência da literatura francesa sobre “a dos brasileiros”, Jean-Ferdinand Denis, ou simplesmente Ferdinand Denis, é considerado *um* dos fundadores da crítica e da historiografia literárias no Brasil. Precursor de Taine, Denis, enfatizando as descrições da paisagem tropical, publicou o *Resumo da História Literária do Brasil*, anexo à obra *Resumo da História Literária de Portugal*, em 1826, após percorrer o Brasil – entre 1816 e

2 Magalhães está se referindo a Friedrich Bouterwek (1765-1828), autor de uma monumental *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit* seit dem ende des 13. Jahrhunderts (História da Poesia e da Eloquência desde o Fim do século XIII), publicada entre 1801 e 1819 em 12 volumes, sendo que o quarto livro, de 1805, se ocupava da literatura portuguesa (História da Poesia e da Eloquência Portuguesa); Sismonde de Sismondi (1773-1842), autor de *De la Littérature du Midi de l'Europe*, de 1813 e Ferdinand Denis (1798-1890), autor, entre outros, do *Résumé de l'histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826). Cf. CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p. IX-LVII.

1819. Antecedido em sua *história* por Friedrich Bouterweck e Simonde de Sismondi, Denis caracterizar-se-ia como o primeiro autor a analisar a produção das letras no Brasil sem atrelá-las necessariamente ao amplo conjunto da literatura portuguesa, apontando para a necessidade em se realizar a “independência literária do Brasil”. (RICUPERO, 2004. p. 87). Obra de influência seminal para os estudos oitocentistas de uma suposta história literária brasileira, o *Resumo da História Literária do Brasil*, contribuiu para a própria trajetória desta historiografia, incitando outros trabalhos – como, por exemplo, o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, de 1873 – e que traçaram um cânone das letras no Brasil.

Ao “inventar” um passado literário brasileiro, procurando apontar o lugar dos autores dos séculos XVII e XVIII, a partir do critério “originalidade”, Denis estabelece o princípio para a própria prática da produção literária, ou para a tarefa dos escritores, além de definir o preceito para a história e crítica da literatura do período. Fazia-se assim necessária a “nacionalização da literatura”. Acrescente-se: fazia-se necessário nacionalizar o passado literário. Tal movimento implicava, parece-nos, uma via dupla: ao nacionalizar-se a literatura e a história, reiterava-se a própria expressão do ser nacional. O jovem país, recém emancipado, portador de uma “cor local”, de características mesológicas e raciais próprias e diferentes das do Velho Mundo, possuía e deveria possuir sua própria feição histórica; disto derivaria esta mesma originalidade: da sua “cor” ou “particularidade” derivaria sua “fertilidade”.

Ferdinand Denis, ao lado de Almeida Garrett, acabou por se constituir numa das leituras fundamentais dos românticos brasileiros. Ao partir dos preceitos da estética romântica – “seguindo as concepções de Madame de Staël e de Schlegel” (MOREIRA, 1991) – o autor estimulava a necessária independência literária brasileira.

Aqui convém retomar o início do próprio texto de Denis, pensando-o em relação ao texto de Magalhães.

O autor iniciava sua explanação, justamente, pelas “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo”, incitando à independência das letras, tal como à independência política. Cabia ao poeta inspirar-se nas paisagens locais para, a partir daí, obter o “caráter original da literatura brasileira”.

A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos com ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um foco que enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia.(...)Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez mais nossos mestres. Essa natureza, muito favorável aos desenvolvimentos do gênio, esparze por toda parte seus encantos, circunda os centros urbanos com os mais belos dons(...) (DENIS, 1826. p. 36-37).

Magalhães, reconhecendo a origem portuguesa, ou européia, da literatura brasileira – da qual “não se pode lisongear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, que tão mesquinha foi ella” - reconhece, também, a existência de um “instinto oculto, que em despeito da educação, o dirige.” Tal “instinto” equivale ao próprio “Gênio Brasileiro”, gênio que, em consonância com a *cor* pátria, ou a particularidade *local*, garante a originalidade para esta literatura:

o que dá realce, e nomeada a alguns dos nossos Poetas não é certamente o uso destas ficções; mas sim outro genero de bellezas naturaes, não colhidas nos livros, mas que só a Pátria lhes inspirará. (...) O homem collocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e enmaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspiraçoens, como se elle assistisse aos olympicos jogos, ou na pacifica Arcadia habitasse. (MAGALHÃES, 1836. p. 147-148).

Cioso da importância da história – pois “estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar” – Magalhães lembra-se deste “esquecimento” do sentimento religioso, autêntico, e sua implicação no “instinto”:

si sobre taes pontos meditassem um só instante os primeiros Poetas Brasileiros, certo que logo teriam abandonado esta Poesia estrangeira, que destruia a sublimidade de sua religião, paralisava-lhes o Genio, e os cegava na contemplação de uma Natureza grandiosa, reduzindo-os afinal a meros imitadores. Não elles não meditaram, nem meditar podiam; no principio das cousas obra-se primeiro, depois reflecte-se. (...) o instinto porem guiou-os; e posto que lentamente, as encarnicidas montanhas da Europa humilharam-se diante das sempre verdes e alterosas montanhas do Novo Mundo(...)que os vindouros vates Brasileiros achem no puro céu de sua Patria um sol mais luminosos que Phebo, angelicos Genios, mais sublimes que Picredes, que os inspirem. (MAGALHÃES, 1836. p. 148-9).

Como, segundo a visão de história do autor, o tempo sanciona verdades, “mostrando aos homens qual é o destino, que a Providencia tem marcado a este Imperio da America”, certo de que “jamais uma Nação poderá prever o futuro, quando ella não conhece o que ella é, comparativamente com o que foi” (uma vez que o “Povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo o que em si se passa, esse povo ficará sempre na immobildade como o Imperio Indo-Chinez”, Gonçalves de Magalhães, em diálogo novamente com Denis, conjectura acerca daquilo que poderíamos designar como uma *nova conjuntura* histórica: a aproximação da nova nação brasileira de uma política e cultura *outras*, agora francesas, diferentes, portanto, do período que “jazeo de baixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insufficiencia, e de sua imbecildade”:

Se compararmos o actual estado da civilisação do Brasil com o das anteriores epochas, tão notavel differença encontramos, que cuidar-se-hia que entre o passado seculo, e o nosso ao menos um seculo madiára (sic). Devido é isto á causas, que ninguem hoje ignora. Com a expiação do dominio Portuguez, desenvolveram-se as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilisação Franceza; e como Nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os thronos da Europa, e repartio com os homens purpura, e os sceptros dos Reis. (MAGALHÃES, 1836. p. 149)

Magalhães estabelece uma curiosa relação histórico-filosófica para esta mesma literatura: sendo *produto* da originalidade do reconhecimento da natureza tropical, conjuntamente com o apego ao sentimento religioso, verdadeiro e *representante* do civilizacional – obra de “invenção, gênio e nuvidade” – cabia-lhe encontrar a autenticidade. Graças à Revolução Francesa, e em alinhamento à cultura francesa, estava, agora, posta a possibilidade histórica da jovem nação, e de sua literatura – e seus gênios –, revelarem-se ou serem revelados: “Sem a Revolução Franceza, que tanto esclareceo os povos, este passo tão cedo se não daria. Com este facto uma nova ordem de cousas abrio-se para o Brasil.”(MAGALHÃES, 1836. p. 150).

Ainda que inibidos pela opressão portuguesa – pois “em flor morriam” –, ou pairando no esquecimento – “que provêm da Lingoa em que escreveram, que tão pouco conhecida é o Idioma Luso na Europa”, ainda assim, gênios sempre tivemos, sempre guiados pelo amor à Pátria. Assim, e como “toca ao nosso seculo restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados seculos”, findada a vinculação a Portugal, mas não a vinculação com a cultura européia, e como as “epochas da Historia do Brasil são como especies de contra pancadas, ou echos dos grandes fastos modernos da Europa”, terminava uma “primeira epocha da Historia do Brasil.”

A partir disto, Magalhães projetava duas “distinctas partes” para a compreensão da história brasileira: a primeira, compreendendo os séculos XVI, XVII e XVIII e a segunda, “o curto espaço(...)de 1808 até os nossos dias que decorre”. Desta periodização, entendia que tão-somente a partir do século XVIII é “que se abre a carreira Litteraria no Brasil”. No século XVI, “que é do descobrimento, nenhum escriptor existio de que noticia tenhamos.” No século XVII, “debaixo dos

auspícios da Religião”, surgem alguns poetas e prosadores, sendo, contudo, “tão minguada, que apenas serve para a história.” Finalmente, o século XIX:

com mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até alli desconhecida, é a ideia e Patria. (MAGALHÃES, 1836, p. 152)

Utilizando-se de um “tom didático”, bem estruturado, Magalhães, ao terminar uma “vista geral sobre a história da Litteratura do Brasil”, e apontando para a pedra-de-toque do indianismo (sugerindo que “talvez” a poesia indígena “tivessem ellas de influir sobre a actual Poesia Brasileira, como os canticos do Bardo da Escossia sobre a Poesia do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancolicos accents com a sublime gravidade do Christianismo, em toda Europa dominam”)(MAGALHÃES, 1836. p. 157) e que marcaria os autores posteriores – questionava-se: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indigenas cultivaram por ventura a Poesia?” A par disso, o autor promete a descrição, e analyse dos escriptores brasileiros, o que acaba por não fazer.

Magalhães encerra seu *Ensaio* retomando uma das discussões-chave da estética romântica, a da querela entre antigos e modernos, marcada pela oposição entre os classicismos – com a manutenção dos preceitos retórico-poéticos, e da autoridade daí advinda – e o Romantismo, com a busca da originalidade da obra, assegurada pela genialidade do artista:

si até hoje a nossa Poesia não offerece um character inteiramente novo e particular, é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos(...)não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis, as mais das vezes arbitrias, da quelles, que arrogam o direito de torturar o Genio, arvorando-se Ligisladores do Parnaso(...) Convem estudar os Antigos, e os modellos dos que nas diversas composições poeticas se avantajaram, mas não escravisar-se(...) Como nós estudamos a historia, não com o único fito de conhecer o passado, mas sim tirar lições para o presente, assim no estudo do que chamamos modellos não nos devemos limitar a sua reprodução imitativa. (...)a nossa convicção é, que nas obras de genio o único guia é o genio, que mais vale um vôo arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação. (MAGALHÃES, 1836. p. 158-159).

Se o diálogo com Ferdinand Denis é maior do que o próprio Magalhães gostaria de admitir, cabe também perceber que o *Ensaio* resente-se de uma ausência: falta, aparentemente premeditada, de qualquer referência a Almeida Garrett (1799-1854).

Autor de também um bosquejo, da *História da Poesia e Língua Portuguesa*, editado em Paris, no mesmo ano do texto de Denis, 1826, Garrett se notabilizou pelo exacerbado espírito nacionalista, marcadamente romântico:

Julgo haver prestado algum serviço à literatura nacional em oferecer aos estudiosos de sua língua e poesia um rápido bosquejo da história de ambas. Quem sabe que tive de encetar matéria nova, que português nenhum dela escreveu, e os dois estrangeiros Bouterwek e Sismondi incorretissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da história literária de Portugal; avaliará decerto o grande e quase indizível trabalho que me custou este ensaio. Não quero dá-lo por cabal e perfeito; mas é o primeiro, não podia sê-lo. Além de que, a maior parte das idéias vão apenas tocadas, porque não havia espaço em obra de tais limites para lhe dar o necessário desenvolvimento. (GARRETT, 1826. p. 28).

As mesmas observações que Magalhães apresenta em bosquejo, Garrett faz dez anos antes. Incluindo-se aí, inclusive, o uso das mesmas, e exíguas, fontes “estrangeiras”.

Garrett apresenta uma história literária de Portugal em seis épocas, precedidas de um capítulo acerca da origem da “nossa língua e poesia”. Iniciando sua descrição em fins do século

XIII, vai até o XIX, comenta na “quinta época” – a da restauração das letras em Portugal – iniciando do “meio do século XVIII”, que, a partir da obra dos poetas Cláudio Manuel da Costa (a quem o Brasil deveria contar como seu primeiro poeta, segundo o autor) Fr. José Durão, Gonzaga, José Basílio da Gama e Antônio José, “começa[va] a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros”. (GARRETT, 1826. p. 56)

Ainda que lhes reconheça algum valor literário, Garrett, na melhor avaliação romântica, condena-os pela imitação dos modelos herdados do velho continente e pela renúncia da cor local:

Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades. (GARRETT, 1826. p. 56 -57).

É curioso perceber a falta da referência a Garrett no texto de Magalhães. Primeiro, porque o autor português reconhece a existência de uma literatura brasileira. Depois, porque é sabido que ambos ficaram próximos, mantendo laços de amizade, em Paris. O que permite supor que Magalhães não desconhecasse a obra do escritor português.

Ainda neste sentido, cabe uma ressalva. Sérgio Buarque de Holanda, em texto sobre o centenário de *Suspiros Poéticos e Saudades*, se equivoca ao comentar uma menção de José Veríssimo, de que Magalhães deveria ter seguido os conselhos do *Bosquejo* de Garrett:

É infundada (...)a suspeição [de] José Veríssimo, de que Magalhães tivesse lido as palavras de Garrett quando este disse, e não sem um estreito e injusto exclusivismo, estimar que os brasileiros escolhessem temas nacionais para os versos e abandonassem o rouxinol pelo sabiá, a lebre pela cotia e as rosas e jasmims pelas”alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafeeiro”. A verdade é que o conselho de Garrett aparece somente em 1846 no *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, publicado dez anos depois do *Discurso* de Magalhães. (HOLANDA, 1996. p. 361).

Todavia, ainda que o historiador brasileiro se engane com o ano de publicação do texto de Garrett, nos abre um caminho para especularmos a sua falta no *Ensaio*, ou *Discurso*, do romântico brasileiro.

Voltemos à citação original do próprio Garrett:

quisera em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores de país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, – que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, – ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafeeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga! (GARRETT, 1826. p. 57-58).

Suspeita plausível a de Veríssimo, portanto. Contudo, mostra-se justificável a ausência de Garrett no texto de Magalhães. Garrett falava a mesma língua de Magalhães, a fala da originalidade de um “ser nacional”, contudo falava a partir de um lugar a ser evitado, ou mais, negado. Seu discurso, sendo português, remetia aos laços que, aqui, se buscava evitar. Como, então, tornar legítima a observação de um autor – talvez mesmo o *primeiro* – a apontar e condenar o excesso de *européismo* dos poetas brasileiros? Como lhe conceder a rubrica de fundador de uma reflexão que o

próprio Magalhães buscava instaurar? Se os pretensos românticos visavam estabelecer a particularidade e autonomia da literatura brasileira – através do rompimento com as letras portuguesas – não poderia ser concedido a um autor português a *invenção* de um passado para a literatura *brasileira*, creditando-lhe a avaliação sobre esta mesma literatura. Enfim, não se poderia permitir-lhe participação na *fundação* desta história literária.

Fazia-se necessário romper com o passado de dependência, e por isso, como já visto, a exaltação da aproximação com a França, por parte de Magalhães. Por isto a escolha do marco de 1808 como momento de inauguração de uma nova fase histórica. Evento originário daquilo que Garrett buscava, justamente, condenar, histórica e politicamente, conclamando o patriotismo português contra o jugo napoleônico, condenando esteticamente através da denúncia do mal da *galomania* predominante na língua e letras de Portugal. (GARRETT, 1826. p. 61).

Arriscamos dizer que esta ausência – nem sempre percebida – mas aparentemente premeditada por parte de Magalhães, implica um dos aspectos mais interessantes de sua proposta. Talvez resida aí um dos aspectos mais encarecidamente românticos da do seu “magro Discurso”.³

Conclusão

O documento de Magalhães, mais que lançar as bases para uma possível historiografia literária, nos deixa entrever as perspectivas, mesmas, dessa historiografia. Seu texto busca, antes de mais nada, marcar seu próprio lugar, ou marcar um lugar próprio, reiterando questões fundamentais de/para seu tempo, promovendo-se, além do próprio conteúdo programático que veicula, através da leitura que faz (Denis, por exemplo) – ou omite (Garrett) – de outros intérpretes. Em todo caso, um texto *fundante* para o entendimento das mazelas que, inevitavelmente, acompanham qualquer presente na sua tentativa em se apropriar do passado. Um documento, portanto, que se revela justamente no diálogo que estabelece, ou silencia, com outros textos da mesma natureza. Interessante lembrar, apenas, que o discurso que lançava, ou pretendia lançar as bases do nacionalismo literário, legitimando-se através desta intenção, se deixa melhor apreender na relação com o discurso do francês Denis ou no “esquecimento” – que promove – do português Garrett. Ou, ainda, mesmo, na apropriação que sofrerá na leitura do chileno Santiago Nunes Ribeiro na incipiente crítica/historiografia literária, marcando o início de sua *fortuna crítica*.

Referências Bibliográficas

- [1] AMORA, Antônio Soares. **O Romantismo**: a literatura brasileira, vol.II. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- [2] BAREL, Ana Beatriz Demarchi. **Um romantismo a oeste**: modelo francês, identidade nacional. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- [3] CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Humanitas/USP, 2004. p. 19.
- [4] CÉSAR, G. (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.
- [5] COUTINHO, Afrânio. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, v. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974.
- [6] DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil (1826). In. CÉSAR, G. (org.). CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p. 37-82.
- [7] FALCON, F.J.C. Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.4, 1997. p.5-26.
- [8] GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa (1826). In. ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 25-73.
- [9] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Suspiros poéticos e saudades. **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 353- 370.

3 Expressão de José Veríssimo. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. p. 205. Texto originalmente publicado em 1916.

- [10] MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil (1836). **Nitheroy**: Revista Brasiliense: ciencias, letras e artes, Paris, tomo I, vol.1. 1836. (Edição fac-similar da Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v.9, 1978.) p.132-159
- [11] MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1865). In. COUTINHO, Afrânio. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, v. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 13-26.
- [12] MOREIRA, Maria Eunice. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: IEL, 1991.
- [13] PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**. Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Unesp, 1998.
- [14] RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- [15] STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- [16] VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- [17] WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

[1]Autor(es)

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
erivan.karvat@utp.br
